

## DISCURSO E ARTICULAÇÕES INTERFRÁSICAS NOS PRIMEIROS *COMMENTARII* DE DAMIÃO DE GÓIS (1539)

1. No diálogo *Brutus*, e em resposta a uma apreciação da personagem com esse nome sobre o estilo de César, de quem louvava francamente as “orationes” (“mihi uehementer probantur”), acrescentando, ainda que sem deixar transparecer um elogio especial, que lera as memórias do conquistador da Gália (“complures autem legi, atque etiam commentarios, quos idem scripsit rerum suarum”), Cícero converge no juízo do interlocutor seu amigo (“Valde quidem, inquam, probandos”), opinando com uma não escondida contenção: “nudi enim sunt, recti et uenusti, omni ornatu orationis tamquam ueste detracta”. E concluía a apreciação deste modo: “Nihil est enim in historia pura et illustri breuitate dulcius”<sup>1</sup>.

Naquele momento, Cícero não estava preocupado com a caracterização da história como actividade literária e cívica vizinha da prosa oratória, e muito menos em diferenciar o seu ritmo ou “numerus” do “metrus” do verso, como sucedera no *De Oratore*: “Liberior est oratio et plane, ut dicitur, sic est uere soluta, non ut fugiat tamen aut erret, sed ut sine uinculis sibi ipso moderetur” (III, XLVII, 184); em segundo lugar, os “commentarios” de que se falava naquele momento do diálogo não eram propriamente a “historia” que Cícero entende como “uitae magistra”<sup>2</sup>, que recebia da oratória contributos fundamentais para a elevação do estilo, adequado à dignidade das matérias e dos actantes; deviam antes considerar-se como algo que era prévio a

---

<sup>1</sup>CÍCERO - *Brutus*, texte établi et traduit par Jules Martha, Paris, Les Belles Lettres, 1973 (lxxv, 262).

<sup>2</sup>*De Oratore*, II, 9, 36: “Historia uero testis temporum, lux ueritatis, uita memoriae, magistra uitae, nuntia uetustatis”. Sobre a familiaridade de Góis com esta problemática ciceroniana, cfr. SANTO, Arnaldo do Espírito - *A mãe da eterna memória: leitura e reminiscência dos clássicos em Damião de Góis, referências directas*, in “Damião de Góis na Europa do Renascimento”, Braga, Faculdade de Filosofia / Universidade Católica Portuguesa, 2003, p. 349.

ela: “Sed dum uoluit alios habere parata, unde sumerent qui uellent scribere historiam”. Por outras palavras, a “doçura” do discurso utilizado por César no *De Bello Gallico*, título corrente a partir do Renascimento<sup>3</sup>, provinha da sua *puritas* e da *breuitas*, que fortaleciam a *perspicuitas* desejável ao relato de acontecimentos passados, suficientemente próximos, porém, para serem creditados por um testemunho directo, sendo certo que a publicação dos *Commentarii* teve também em vista fornecer documentos sobre acontecimentos tão significativos como eram os relativos ao domínio da Gália<sup>4</sup>.

Talvez tenha sido com estas considerações em mente que foram formulados alguns juízos sobre os *Commentarii rerum gestarum in India citra Gangem a Lusitanis anno .1538. autore Damiano a Goes Lusitano*, que Frobénio imprimiu em Lovaina no mês de Setembro do ano seguinte de 1539, mal Góis chegava da Itália, onde passara quatro anos<sup>5</sup>, juízos esses que o português incluiu na antologia de cartas que fez sair em 1544 na mesma cidade, mas agora na tipografia de Rogério Réscio, e que são também um testemunho da larga circulação do opúsculo ao tempo<sup>6</sup>. Numa carta de 28 de Setembro de 1539, ou seja pouco depois da vinda a público do volumezinho, Lázaro Bonamico refere-se à obra como “historia” (“Legi perlibenter historiam a te nuper aeditam”), acrescentando que o prazer proporcionado pelo livrinho decorria não só do seu gosto por este tipo de literatura, relacionado com sucessos recentes, mas também porque “et tui et tuae fortissime nationis fama nominis capiebar”<sup>7</sup>. Em Novembro do mesmo ano Cristóvão Madrúzio, além de citar o título correcto do opúsculo, confessava, ainda que rapidamente, o prazer que lhe deu a sua leitura<sup>8</sup>. Em carta do fim de Dezembro de 1539, o próprio Bembo escreve para dizer que lera os *Commentarii*, que designa também de “historia”, com muito agrado: “Historiam de bello apud Dium Indiae oppidum a Thracibus gesto tuam,

---

<sup>3</sup> Mas que Quintiliano atesta; cfr. ZEHACKER, Hubert - *Les oeuvres antiques peuvent-elles se passer de titre? L'exemple de l'historiographie romaine*, in «Titres et articulations du texte dans les oeuvres antiques», Paris, Institut d'Études Augustiniennes, 1997, p. 218.

<sup>4</sup> Era o caso do relato de César; quanto a Góis, logo no início da narração informa que traduzia para latim informações que lhe haviam chegado havia pouco do reino.

<sup>5</sup> Cfr. MATOS, Luís de - *Un umanista portoghese in Italia. Damião de Góis*, “Estudos Italianos em Portugal”, 19, Lisboa, 1960, p. 41.

<sup>6</sup> Cfr. FARIA, Francisco Leite de - *Estudos bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua época*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1977, p. 16s.

<sup>7</sup> *Damiani a Goes Equitis Lusitani aliquot opuscula*, Lovaina, Rutgerius Rescius, 1544, onde se incluem as *Epistolae Sadoleti, Bembi, et aliorum clarissimorum uirorum ad Damianum a Goes Equitem Lusitanum*; cfr. fl. civ r.

<sup>8</sup> Civ v.

quam ad me amantissime scriptam misisti, legi summa uoluptate”<sup>9</sup>; de poucos dias depois é outra carta do Cardeal Sadoletto dando-lhe conta de que havia recebido o “liber Carmanicus tuus”<sup>10</sup>.

Mas foi João Rodrigues de Sá de Meneses quem, em carta datada de 13 de Janeiro de 1541 (“ex Portu Galliae idibus Ianuarii 1541”), se manifestou de forma mais encomiástica nos elogios, proclamando que a sorte oferecera aos portugueses um novo Salústio Crispo para escrever os seus feitos e provar que o autor não se esquecera da pátria: “Contigit bempte ueriis illud nobis quod Romanis suis Crispus contigisse conqueritur, quippe ut res nostras praeclare gestas, et maiorum nostrorum egregia facinora, nullum satis dignum sortirentur scriptorem. Meritae siquidem illae erant, quae Liuijs, Tacitis, Salustijs scriberentur, et alterum nactae essent, qui eas caneret Maronem. Tu uero (ut inquam) cui hoc a superis concessum est, rem te dignam aggedere, et tuorum gesta a situ, et squalore uendica, et ea illustra quae hucusque Cymmerijs obscuritatibus obruta iacent, ut uideare non cum solo patriae, memoriam eius et amorem pariter uertisse”<sup>11</sup>. O culto fidalgo português<sup>12</sup> testemunha a flutuação do título por que o opúsculo foi conhecido<sup>13</sup>, ao escrever na mesma página: “Literas tuas simul et Carmanici belli, seu mauis Aracosici commentaria libens accepi, in quibus dilucide tu quidem et eleganter, Lusitanorum res gestae, et strenue nauata facinora conscribis”. Por trás de “dilucide” e de “eleganter” parece ressoar o passo do *Brutus* referido em cima, mas as *auctoritates* evocadas no campo da “historia” são Lívio, Tácito, Salústio; curiosamente não inclui César nesse conjunto<sup>14</sup>. No entanto, como se apontará, quer pela própria designação de “commentarii”, quer por alguns traços do discurso, Góis revela-se mais próximo do autor do *Bellum Gallicum*.

---

<sup>9</sup> H r. Curiosamente, a carta vem colocada no fim da sequência de missivas de que constam agradecimentos e elogios pelo opúsculo impresso em Setembro de 1539.

<sup>10</sup> Giv r.

<sup>11</sup> Gii v - Giii r.

<sup>12</sup> Sobre as relações de membros da família dos Meneses com Cataldo Parisio Sículo, verdadeiro dinamizador de uma cultura humanista na corte portuguesa a partir de 1485, tem-se debruçado o Prof. Américo da Costa Ramalho; cfr. *Humanismo na corte de D. Manuel: Damião de Góis e o testemunho de Cataldo*, in *Actas do Colóquio “Damião de Góis e o seu tempo” (1502-1574)*, Lisboa, 2002, p. 1. João Rodrigues conheceu de certeza Cataldo; cfr. p. 10.

<sup>13</sup> Aliás a própria edição traz nas cabeças das páginas “Diensis oppugnatio per Damianum a Gois”; e na colectânea impressa em Lovaina em 1544 está *Bellum Cambaicum* na folha de rosto.

<sup>14</sup> Cfr. TORRES, Amadeu - *Noese e crise na epistolografia latina goesiana II - Damião de Góis na mundividência do Renascimento. Análise ideológica, estético-linguística, apêndice diplomático*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, p. 159-160.

Mas antes de prosseguir, evoquemos um dos mais significativos ecos do relato goisiano sobre os sucessos de Diu: a elegia *Vellet amoribus renuntiare*, 44 dísticos elegíacos de Diogo Pires inspirados no opúsculo goisiano, que enxertam a expressão de um anseio erótico numa linguagem de tom épico, com alguma nota mais sensual, contrapondo a imagem triunfal de um D. António da Silveira à do turco Solimão Baxá, que era eunuco<sup>15</sup>.

O pequeno volume impresso em Lovaina por Rogério Frobénio em Setembro de 1539 é constituído por 41 páginas de texto; a folha de rosto não contém qualquer elemento figurativo, restringindo-se exclusivamente à sucinta informação verbal, relativa ao título, autor, local de impressão, tipógrafo e data. No seu interior existem quatro unidades textuais: três da autoria de Damião de Góis e um poema laudatório final, em 68 dísticos elegíacos, da autoria de Pedro Nânio, cuja colocação se compreende tendo em conta o texto que o precede, com a contestação, endereçada a Bembo e depois designada por *Disceptatiuncula*<sup>16</sup>, de afirmações de Paulo Jóvio, uma espécie de prolongamento ou aditamento aos *Commentarii*, motivado por um passo de um *libellus* precedente de Jóvio<sup>17</sup>, que criticava o modo como os portugueses praticavam o comércio das especiarias, a coberto do argumento da defesa da fé. Na última página da *refutatio*, Góis reforça a confirmação do seu ponto de vista, convocando o seu testemunho pessoal sobre como eram aplicadas as determinações régias respeitantes à colocação no mercado das especiarias, dizendo

---

<sup>15</sup> O poema de Diogo Pires pode ver-se publicado e traduzido por Carlos Ascenso André em PIRES, Diogo - *Antologia poética*, Coimbra, 1983, p. 76-79; cfr., daquele mesmo autor, *Diogo Pires e a lembrança de Erasmo*, "Humanitas", XLI-XLII, Coimbra, 1989-1990, em especial p. 84; mais recentemente, *Os Cercos de Diu no relato de três humanistas: Góis, Teive, Diogo Pires*, in "Damião de Góis na Europa do Renascimento", cit., p. 373.

<sup>16</sup> Na edição lovaniense de 1542 da *Hispania* foi inserida, a seguir ao título, uma carta de Pedro Nânio sobre esta matéria e uma resposta de Damião de Góis; cfr. FARIA, Francisco Leite de - *Estudos bibliográficos*, cit., p. 26. Na edição lovaniense de Dezembro de 1544 com o conjunto de textos latinos de Góis já referidos sobre assuntos relacionados sobretudo com a expansão portuguesa (mas também as *Epistolae* de Sadoletto, Bembo e outros, bem como a *Farrago carminum ad ipsum Damianum*) os esclarecimentos sobre Paulo Jóvio são designados *De rebus et imperio Lusitanorum ad Paulum Iouuium disceptatiuncula* (*Ibidem*, p. 28-30). Nânio era professor em Lovaina e amigo de Góis, a cujo filho mais velho dedicou o seu *Genethliacon*, inserido na parte final desta mesma edição. No entanto, nem o texto da contestação de Jóvio nem a poesia de Nânio constam da tradução italiana do *Bellum Cambaicum* intitulada *Avisi de le cose fatte da Portugesi ne l'India di qua del Gange...*, impressa talvez em Veneza, 1539 (*Ibidem*, p. 18). Cfr. ainda ANDRÉ, Carlos Ascenso - *Mal de ausência. O canto do exílio na lírica do humanismo português*, Coimbra, 1992, p. 269.

<sup>17</sup> Tratava-se do *Pauli Iouii Nouocomensis libellus de legatione Basilii magni Principis Moschouiae ad Clementem VII...*, impresso em Veneza em 1525, mas com boa difusão ao longo do séc. XVI; cfr. FARIA, Francisco Leite de - *Ob. cit.*, p. 233-234.

que, ainda moço da câmara de D. Manuel, presenciara a destruição das “corrupta aromata” (“id quod dum puer ab intimis cubiculis prudentissimi Regis Emanuelis essem, saepius vidi Vlyssipone fieri”, Eiv v); mas Jóvio não prestara atenção a isso...

Deste modo, os três textos goisianos constantes do opúsculo são a dedicatória inicial a Pedro Bembo<sup>18</sup>, o relato dos acontecimentos de Diu em 1538 e a referida justificação final do ponto de vista português, que inclui uma síntese explicativa da história do reino e das razões da expansão marítima. Ou seja, esses textos, mas em particular as discordâncias com Paulo Jóvio ou *Disceptatiuncula*, cuja posição, no livro, as coloca “fora” do contexto dos *Commentarii* em si mesmos, desempenham, por conseguinte, a função de referir o relato sobre o cerco de 1538 - uma função exofórica, porque no seu papel de celebração “mostradora”<sup>19</sup> - ao domínio das circunstâncias em que se inscrevia esse discurso, relativas à difusão internacional que o monarca português buscava para a política oriental. Bastará, talvez, assinalar como o vocativo que designa directamente o dedicatário no início dos *Commentarii* (“Quid tibi pro assidua tua in me dignissime Cardinalis humanitate in literis tuis proxime ad me missis”, Aii r) é retomado 32 páginas depois na abertura da referida refutação de Jóvio: “Huiusmodi multa sunt doctissime Bembe”, Eii r), convocando nele um alocutário que, no fundo, representava o auditório visado pelo opúsculo.

O volume oferecia-se, assim, ao público leitor como uma unidade propositalmente estruturada e coerente, fechando com o elogio do próprio autor, coisa que Góis nunca perdia a oportunidade para valorizar: o corpo central da narração aparecia emoldurado por textos que lhe concediam uma carga celebrativa a que o livrinho não era de forma alguma alheio<sup>20</sup>.

Recordemos a designação genérica para que o título aponta, “commentarii”, a evocar no leitor uma conhecida tradição de textos narrativos historiográficos em

<sup>18</sup> Trata-se da Carta XXI da edição levada a cabo por Amadeu Torres. O texto da carta foi retocado pelo autor para a impressão dos *Commentarii* integrados na colectânea saída em Lovaina em 1544. Cfr. TORRES, Amadeu - *Noese e crise na epistolografia latina goesiana*, cit. I - *As Cartas latinas de Damião de Góis. Introdução, texto crítico e versão*, p. 150; II - *Damião de Góis na mundividência do Renascimento. Análise ideológica, estético-linguística, apêndice diplomático*, cit., p. 187.

<sup>19</sup> Com toda a pertinência se poderia aplicar ao caso presente a noção de “mostração anafórica” de J. Herculano de Carvalho utilizada por FONSECA, Fernanda Irene - *Deixis et anaphore temporelle en portugais*, “Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas”, II, Porto, 1985, p. 279.

<sup>20</sup> O final da refutação a Paulo Jóvio, dirigida, como se apontou, a Bembo, encerra uma ligeira alusão ao afastamento da pátria, no quadro daquele tão ovidiano “mal de ausência” que marcou muita da obra em verso de humanistas portugueses que percorreram os caminhos da Europa; sobre isto, cfr. ANDRÉ, Carlos Ascenso - *Mal de ausência*, cit.: “O humanista português, ainda que adaptado a terra estranha, raramente deixava esbater o vínculo afectivo que o prendia àquela onde nascera” (p. 440).

que a primazia era oferecida, como sugeriam as palavras acima citadas do *Brutus*, à compilação de dados relativos a sucessos de certo modo recentes, mas deixando de fora a dimensão doutrinária, filosófico-moral da “historia” em si<sup>21</sup>. Um dos indícios desta “diferença” genérica reside no facto de o texto goisiano não incluir enunciados do tipo da *sententia*, que permitissem moldar intrusões opinativas e interpretativas do autor sobre o assunto, ou provocar efeitos convincentes desses momentos, breves mas fortes, do discurso<sup>22</sup>. Em Góis a verdade dos acontecimentos em si mesmos, a sua *evidentia* e a sua integração no contexto, mais vasto, da expansão do domínio português no Oriente suportavam eficazmente esse papel. Ou seja, o título do opúsculo, que funciona como um autêntico “título-argumento” na sua sugestão de enlaçamento entre o modelo clássico do *commentarius* e a actualidade dos eventos, anunciava por um lado uma obra (ainda que breve) que surgia na senda da literatura em latim que a monarquia portuguesa fizera circular na Europa sobre a Índia<sup>23</sup> e, por outro, dirigia-se à expectativa política e cultural dos leitores implícitos que eram círculos como o da chancelaria romana. Isto - ou seja, a competência do público visado - pode ajudar a entender a opção por uma *narratio* fortemente confinada aos sucessos de 1538 em Diu, na qual, por exemplo, a forma breve do discurso que é a *sententia*, dotada de uma força ilocutória poderosa, resultante não só do *auctor* em si como também de um *aptum* desenhado pelo próprio contexto expositivo, não seria prioritária nem talvez adequada<sup>24</sup>. É certo

---

<sup>21</sup> Não estamos diante de um discurso que procure transmitir uma visão interpretativa dos factos históricos, fazendo, por exemplo, intervir aspectos dependentes das figuras participantes; não há vocabulário da ‘causa’ como nos historiadores; cfr. KIVUILA-KIAKU, José Mambwini - *Le vocabulaire de la cause chez Tacite*, “Humanitas”, LIV, Coimbra, 2002, p. 245.

<sup>22</sup> Cfr. PARÉ, Pascale - *L'énigme du savoir et du pouvoir: la “sententia” dans l’“Oedipe” de Sénèque*, “Bulletin Budé”, Paris, 2002-3, p. 284. Cfr. também SOARES, Nair Castro - *A literatura de sentenças no humanismo português: “res et uerba”*, in “Humanismo português na época dos Descobrimentos”, cit., p. 37.

<sup>23</sup> Cfr. MATOS, Luís de - *L'Expansion portugaise dans la littérature latine de la Renaissance*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991; TORRES, Amadeu - *Os Descobrimentos portugueses nos escritos latinos goisianos*, in “Humanismo português na época dos Descobrimentos”, Coimbra, Universidade de Coimbra / Faculdade de Letras, 1993, p. 37; PEREIRA, Belmiro Fernandes - *A fama portuguesa no ocaso do império: a divulgação europeia dos feitos de D. Luís de Ataíde*, *ibidem*, p. 47.

<sup>24</sup> O texto latino de Góis é, evidentemente, uma versão latina de informações redigidas em português. Ora toda a tradução não dispensa a ponderação, por parte do seu autor, do contexto de recepção a que vai destinada. Isto implica que procedimentos diversos estejam presentes no trabalho tradutório, visíveis, por exemplo, na versão para português do *De Senectute* (cfr. OSÓRIO, Jorge A. - *Cícero traduzido para português no século XVI: Damião de Góis e o “Livro da Velhice”*, “Humanitas”, XXXVII-XXXVIII, Coimbra, 1986, p. 191; veja-se agora NASCIMENTO, Aires A. - *Damião de Góis, tradutor: perspectivas para uma integração cultural*, in “Damião de Góis na Europa do Renascimen-

que Góis, estimulado por uma situação de circunstâncias políticas da corte portuguesa desde os tempos de D. João II - bastará evocar o papel de Cataldo Sículo -, que apontava para a expectativa de uma literatura celebrativa de recorte humanista presente num público que não deixava de se rever nos interesses propagandísticos do monarca no palco europeu, remete, um pouco pomposamente, o leitor dos *Commentarii* para uma futura “historia belli Cambaici”: “Cuius litoris [refere-se à costa do Malabar] regnorumque antiquorum nominum in historia belli Cambaici (quam si deo placet, a principio aduentus nostrorum in Indiam, aliquando in lucem sumus daturi) latiore narrationem faciemus” (B v). Então, nessa “historia”, teria com certeza de passar além do registo informativo do “commentarius”...<sup>25</sup>

As circunstâncias relativas à apresentação material da obra, quer no respeitante à disposição dos textos no volume, quer quanto à sua empaginação, devem ser tidas em consideração. Podem ser vistas como veiculadoras de uma intencionalidade significativa orientada para um tipo de leitor humanista, exemplificado aqui no Cardeal Pedro Bembo, cujo perfil vem assinalado por duas marcas explícitas: por um lado a sua vocação e actividade como historiógrafo - e, nessa perspectiva, a angariação de informações como as destes *commentarii* seria interessante - e a sua *curiositas* - elemento fulcral do saber desde Aristóteles - quanto a notícias sobre as

---

to”, cit., p. 233, que aprofunda a questão e corrige, com pertinência, algumas observações do trabalho anterior). Se bem que, precisamente por os presentes *Commentarii* não serem “historia”, o recurso ao epíteto seja muito pequeno (no fundo, actua na isotopia *hostes / nostri* e na personagem de António da Silveira), não se pode perder de vista que, numa exposição factual de intenção celebrativa, como não deixava de ser o texto de Góis, importa ter em conta o papel desempenhado pela selecção lexical, ou “dicionário”, patente no recrutamento dos epítetos, para garantia de uma adequação conveniente, o *aptum*, ao modelo clássico latino. Veja-se, por exemplo, POUÉY-MOUNOU, Anne-Pascale - *Petite poésie portative: les exercices de style des “Epithetes” de La Porte*, “Bibliothèque d’Humanisme et Renaissance”, LXV-1, Genebra, 2003, p. 52.

<sup>25</sup> Góis alimentou a ideia de escrever uma história da Índia, onde exprimiria, certamente, um entusiasmo épico a que não seria alheio o coro de elogios e de incitamentos que lhe eram dirigidos nesse sentido; cfr. TORRES, Amadeu - *Noese e crise*, I, cit., p. 187, carta de 1542 a João Diogo Fugger (vid. comentário p. 354); nesse plano apologético se colocaria a sua perspectiva de uma “história” de tom épico, como se exprime na carta dedicatória ao infante D. Luís dos seus *De Bello Cambaico Secundo Commentarii Tres*, sobre o cerco de 1546 (*Ibidem*, p. 204). A respeito dos relatos de actualidade goesianos, cfr. MACEDO, Jorge Borges de - *Les récits d’actualité*, in “Damião de Góis. Humaniste européen”, Braga, Barbosa & Xavier Editores, 1982, p. 133; importa, todavia anotar que um relato, ainda que “de actualidade”, pode orientar-se “vers le sensationnel et le spectaculaire” (p. 138) no quadro de uma enunciação literária, com procedimentos de tecitura frásica que visam mais a persuasão do que a curiosidade do pormenor descritivo. Cfr. as observações recentes de ANDRÉ, Carlos Ascenso - *Os Cercos de Diu no relato de três humanistas: Góis, Teive, Diogo Pires*, in “Damião de Góis na Europa do Renascimento”, cit., em especial p. 375.

coisas orientais, faceta que caracterizava também os círculos cultos e aristocráticos<sup>26</sup>. Por isso não devemos deixar sem anotação o pormenor de que a dedicatória a Bembo visa orientar o leitor para o discurso da *epistola*, quando, à primeira vista, a matéria poderia afigurar-se mais adequada ao tipo da *declamatio*: “Caeterum quoniam haec magis videntur congruere declamationibus, quam epistolis, epistolam hanc, quam ad te scribere nitimur, iamiam aggrediemur, ad eamque nos omnino conferemus”, Aii v). Contudo Góis prefere a *epistola*, claramente instituidora de uma familiaridade maior<sup>27</sup>, no fundo mais consentânea com o registo informativo das notícias recebidas do reino, escritas em português. E no final do volume, ao encerrar a refutação das opiniões de Paulo Jóvio, relembra a intenção epistolar do relato (“vti per te (cuius amplitudo summa est) gratiam aliquam, et commendatio huic epistolae conciliarem...”, Eiv v). Assim se compreende que o início da narrativa surja marcado por um registo familiar, quando Góis evoca a estadia junto do Cardeal, em Pádua<sup>28</sup>, na época em que havia recebido do reino algumas informações sobre Diu<sup>29</sup>: “accepi de bello Cambaico nonnulla, quae (vt petisti) ex Lusitanica lingua in Latinum sermonem conuerti”.

Mas esta *conuersio* comporta um significado forte, paralelo, até pela proximidade cronológica, do que se detecta na dedicatória a D. Fernando de Sousa, Conde de Vimioso, da tradução para português do *De Senectute* de Cícero, saída impressa em Veneza em 1538<sup>30</sup>, portanto um ano antes dos *Commentarii* em causa.

---

<sup>26</sup> Os círculos cultos, aristocráticos e religiosos, tanto no país como, por exemplo, em Itália, manifestavam um enorme interesse por informações relativas a países, regiões, povos, alimentando uma actividade editorial imensa, que ia da cartografia à narrativa de viagens. Na repetidas vezes aludida carta de João Rodrigues de Sá de Meneses de 1541, incluída por Góis na impressão das *Epistolae* de 1544, o fidalgo exprime claramente o seu desejo em dispor de informações sobre a região do Norte da Europa: “cum nimium cupiam, totius plagae ad Septentrionem porro expositae noticiam habere”, dando depois notícia de que lhe havia chegado às mãos um livro sobre as tribos da Sarmácia, a região a oriente da Germânia: “Peruenit siquidem ad nos de tribus Sarmatijs quidam liber” (Giii v); cfr. AUBIN, Jean - *Damião de Góis et l'Archevêque d'Upsal*, in “Damião de Góis. Humaniste européen”, cit., p. 270 e n. 13; também TORRES, Amadeu - *Os Descobrimentos portugueses nos escritos goisianos*, cit., p. 37.

<sup>27</sup> No final destes *Disceptatiuncula* escreve: “Haec Diensis oppugnationem, de nostrorum Lusitanorum gestis, meo aulico inculctoque stylo ex tempore ob rei familiaris curam (in qua modo usari incipio) conscripta, obiter adieci”, introduzindo uma nota de natureza pessoal, que o Cardeal devia perceber (Eiv v).

<sup>28</sup> Em Pádua Góis manteve uma actividade grande, traduzida não só nos contactos com diversas personalidades, mas também na tradução para português do *De Senectute* ciceroniano impressa em Veneza em 1538.

<sup>29</sup> “Agens Patauii (vbi tua humanitate nulla causa, nulloque merito interueniente, me totum tibi deuinxisti)” (Aii v).

<sup>30</sup> Cfr. o fac-símile recentemente editado por João José Alves Dias, *Livro de Marco Túlio Cícero chamado Catão Maior ou da Velhice dedicado a Tito Pompónio Atico*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2003.



Em ambos os casos, observa-se, como pertinentemente um estudo recente pôs em destaque, um sinal da “identidade nacional”<sup>31</sup> da parte de Góis, tanto no que se refere à consideração da língua materna, como no respeitante à valorização, em língua culta internacional, de aspectos relevantes para a política exterior portuguesa. A insistência na utilização da expressão “de nostrotum Lusitanorum gestis” no final da resposta a Jóvio, constante da impressão de 1539, é disso um claro exemplo<sup>32</sup>.

O texto impresso por Frobenio é, pois, uma tradução feita por insistência de carta de Bembo, conforme é dito nas primeiras linhas. Mas esses “nonnulla” vertidos a partir de informes em português impuseram a Góis alguma intervenção. A tal se refere, em 5 de Setembro de 1539, no encerramento da *Disceptatiuncula* contra Jóvio, que antecede, como vimos, os dísticos elogiosos de Nânio, ao aludir à necessidade que teve de organizar os dados que lhe haviam sido remetidos certamente da corte, em Lisboa: “Haec ad Diensis oppugnationem [...] conscripta, obiter adieci” (Eiv v). E desculpa-se junto de Bembo pelo facto de aquilo que passara a latim “de nostrorum Lusitanorum gestis” poder parecer próprio de alguém que se estreia num género narrativo de intenção panegírica, e ainda por cima num latim que poderia ser visto como menos “humanista” (porque menos ciceroniano?), como o título *commentarii* poderia sugerir - “meo aulico incultoque stylo ex tempore ob rei familiaris curam (in qua modo vsari incipio)” (Eiv v) -, num recurso ao tópicus da *humilitas* no momento em que Góis está no início de uma grande actividade de produção de textos em latim sobre assuntos directamente relacionados com a projecção e defesa dos interesses portugueses na Europa.

Outro sinal, no plano do texto, que denuncia algumas intervenções da voz de um Góis autor, que não a do narrador dos factos, encontra-se em alguns incisos explicativos no domínio do vocabulário técnico. Se não se detém em “bombardarius”, “arcubutarius” ou “testudines”, grandes protecções que permitiam, à maneira dos escudos das legiões romanas, a aproximação dos soldados às muralhas e que os autores portugueses designavam por “mantas”, já no caso de “galleones” e de “carauellas” tem o cuidado de assinalar a especificidade portuguesa: “duodecim magnaer onerariae [...] quas Galleones vocamus” e “viginti et quinque agiles naues, quas Carauellas dicimus, quo genere nauium soli Lusitani vtuntur” (Ciii r). Aliás o próprio Góis não deixa de aludir a essas pequenas intervenções de sua iniciativa

---

<sup>31</sup> NASCIMENTO, Aires A. - *Damião de Góis, tradutor: perspectivas para uma integração cultural*, in Actas “Damião de Góis na Europa do Renascimento”, cit., p. 249.

<sup>32</sup> Eiv v.

nas linhas finais da *refutatio* contra Jóvio: “Haec ad Diensem oppugnationem, de nostrorum Lusitanorum gestis [...] obiter adieci vti per te (cuius amplitudo summa est) gratiam aliquam, et commendationem huic epistolae conciliarem...” (Ev v)<sup>33</sup>.

2. Observemos, pois, o texto impresso por Frobenio em 1539 como corpo estruturado e coerente de enunciados frásicos fixados tipograficamente, em caracteres redondos, que se haviam tornado em marca distintiva da impressão dos textos clássicos e humanistas<sup>34</sup>. Na verdade, se é evidente que a produção de enunciados linguísticos no quadro das regras do sistema comunicativo a que se destinam é - em princípio - independente da forma material que a “littera” assume no suporte material do impresso que a fixa e facilita a sua transmissão e difusão, não será menos evidente que esta mesma forma não pode ser desconsiderada no terreno da circulação do texto como objecto de leitura e, portanto, da recepção literária<sup>35</sup>.

Vem isto a propósito do facto de o volumezinho se oferecer ao leitor numa grande simplicidade tipográfica. Já se referiu que a folha de rosto está desprovida de qualquer figura. Mas se o percorrermos, veremos que, afora uma linha em branco que separa a dedicatória do início dos *commentarii* em si mesmos e o termo destes em cinco linhas em forma de pirâmide invertida (E v), nada mais quebra a sequência compacta do texto<sup>36</sup>. Não existem parágrafos individualizadores do faseamento da própria narração; a ocorrência de quatro linhas com espaço para um máximo de seis caracteres por preencher na margem direita (Cii r; Civ r; Dii v; E r) poderia sugerir a presença de um parágrafo; mas, no plano narrativo, esses locais não representam pausas mais fortes da *narratio* do que muitos outros lugares do texto, além de que só num desses casos (Civ r) a frase seguinte comporta, na abertura, uma partícula conjuncional que poderia assinalar uma pausa: “Hostes uero qui arcem

---

<sup>33</sup> Num só momento da narrativa Góis se assinala como enunciadador, quando, entrando numa breve *descriptio* do Malabar, anuncia uma mais alargada descrição na que anuncia vir a ser a história sobre a guerra cambaica: “Cuius litoris regnorumque antiquorum nominum in historia belli Cambaici [...] latiore narrationem faciemus” (B v).

<sup>34</sup> Utiliza-se o exemplar dos Reservados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

<sup>35</sup> A história do livro é também história da leitura e história literária; as estratégias de utilização - aproveitamento, organização, etc. - do espaço oferecido pela superfície sobre a qual se regista graficamente o texto são, por isso, fundamentais em termos literários; e se isto é mais facilmente perceptível no caso dos manuscritos - a atitude do escriba pessoalmente colocado perante o trabalho de preencher a área de escrita destinada ou não a conjugar linguagem gráfica e linguagem figurativa, por exemplo -, também no caso do livro impresso a questão se reveste de pertinência, como a história do livro impresso documenta. Cfr. *Mise en page et mise en texte du livre manuscrit* sous la direction de Henri-Jean Martin et Jean Vezin, Paris, Promodis, 1990.

Diensem oppugnabant” (Civ v). Por outras palavras, o texto narrativo de Góis comporta momentos sintácticos (por ex. ablativos absolutos) que bem poderiam dar azo à marcação de um parágrafo ou até de um capítulo<sup>37</sup>, mas o autor ou o tipógrafo optaram por apresentar uma empaginação caracterizada por uma mancha compacta<sup>38</sup>.

A apresentação do texto impresso de forma contínua era habitual e não há que sobrevalorizá-la em termos interpretativos; mas não deixemos de anotar que, quando dez anos mais tarde, em 1549, Damião de Góis editar, também em Lovaina, os seus *De Bello Cambaico Secundo Commentarii Tres*, dedicados ao infante D. Luís, procederá a uma separação nítida entre as partes do texto respeitantes a cada um deles.

Quanto à pontuação gráfica, importa anotar que o ponto final é o sinal de uso constante em fim de frase; só num caso, por lapsos, está uma vírgula e em sete outros locais a letra inicial da frase seguinte é uma minúscula. Poderão ser sintomas de um trabalho tipográfico não muito rigoroso, mas isto não chega para menosprezar a sistematicidade do ponto final como marca tipográfica de separação desses momentos especiais do texto que são as passagens entre frases contíguas, com os seus mecanismos de ligação, ou seja a *syntaxis*.

Partamos da observação liminar de que a instituição de um *continuum* discursivo impõe orientações e escolhas estratégicas por parte do autor; o desenvolvimento do texto literário escrito depende de opções básicas, elas mesmas assentes em condicionantes impositivas do género literário, configuradas em função dos “objectos” predicáveis<sup>39</sup>. Na obra goisiana em causa, estes são os sucessos ocorridos em Diu durante os meses do cerco de 1538, entre Junho e Novembro,

---

<sup>36</sup> De facto o início da refutação às opiniões de Paulo Jóvio tem lugar na linha superior da página imediata (Eii r), o mesmo sucedendo com o do poema final de Pedro Nânio (Ev r).

<sup>37</sup> Cfr. CHAUSSERIE-LAPRÉE - *L'expression narrative chez les historiens latins. Histoire d'un style*, Paris, E. Boccard, 1969, p. 109. E, no entanto, como numa sequência “His autem, quae hactenus narrauimus, nostri a quibusdam Turcis, quos in ipsis nauibus viuos deperunt, intellexere” (B v), bem se poderia justificar alguma indicação gráfica de passagem a uma fase nova do texto: por um lado temos a prolepse do que só se soube depois da vitória lusitana, por outro a frase seguinte introduz uma pequena sequência descritiva: “Est vero Malabar prouincia...”

<sup>38</sup> A economia resultante deste procedimento era evidente e por isso a encontramos em inúmeras impressões, nomeadamente em outras de opúsculos goisianos.

<sup>39</sup> Cfr. FONSECA, Joaquim - *Linguística e texto / discurso. Teoria, descrição, aplicação*, Lisboa, ICALP, 1992, “Coerência e coesão nas unidades linguísticas”, p. 31-32. Por outras palavras, “objectualidades” cujo grau de intencionalidade variará em função do género e das circunstâncias do texto literário; cfr. SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e - *Camões: labirintos e fascínios*, Lisboa, Cotovia, p. 133.

mas especialmente os relacionados com a fase do cerco, observados - e portanto justificados - do ponto de vista lusitano e visando a propaganda que a publicidade do relato em latim lhes conferia no palco da Europa culta, no quadro de uma legitimidade que será enfatizada no segmento final da refutação contra Jóvio e no poema celebrativo de Nânio, textos cujo papel de referência exofórica é mais do que evidente, porque propositada.

Como já ficou sugerido mais em cima, Góis fundamentou-se certamente num conjunto de informes (“nonnulla”), talvez sob a forma de cópia de alguma carta-relatório sobre os factos, em si restringida ao essencial dos dados, organizados diacronicamente *more historico*, numa temporalidade diarística cujas marcas estão presentes no texto através da indicação de datas ou sequências de dias, mas reforçada pela sugestão que se deixava ao leitor no final do relato: acabado o cerco, D. António da Silveira enviou um relatório escrito a D. Garcia de Noronha; este ainda tentou, sem o conseguir, apanhar os fugitivos à entrada do porto “vt eorum classem oppugnasset, atque gloriam liberatae arcis obtinisset”, optando por encetar uma perseguição cerrada no Mar Vermelho: “vt profugos hostes, aut terra, aut mari aggredierentur”. Sobre essa continuação da guerra contra os adversários se aguardavam com ansiedade notícias em Lisboa no momento em que Góis termina o seu trabalho de tradução: “De cuius navigatione et itineris ordine Rex noster potentissimus, singulis diebus nuncium expectat” (E v).

Este final, que expressa o alívio resultante do fim do cerco a Diu, em certa medida recentra a questão no plano em que ela efectivamente ganhava sentido: a opinião pública europeia. As *Epistolae* seleccionadas por Góis para a impressão lovaniense de 1544 contêm ecos dessa recepção, mas a dedicatória do opúsculo a um influente cardeal como Pedro Bembo fazia já parte dessa estratégia.

Na empaginação adoptada para a impressão de 1539, estamos na última página do folheto, num local que usufrui de um evidente valor estratégico. Por um lado, o seu texto oferece uma sùmula anafórica de quanto havia sido relatado nas páginas anteriores, graças à recordação de duas isotopias centrais da exposição: a dos valores negativos identificadores dos Turcos (“vt turpia in ipsos perpetrata facinora... Fuga itaque hostium facta...”; Ei v<sup>40</sup>) e a de sentido oposto, sinalizadora do valor positivo lusitano (“vt eorum classem oppugnasset, atque gloriam liberatae arcis obtinisset”). Por outro lado, para além de uma prolepse implícita que convoca,

---

<sup>40</sup> Importa anotar que o lexema *fuga* é usado por César como meio de assinalar, à cabeça de uma nova frase, o encerramento de uma fase da acção militar e o arranque da seguinte; cfr. “Hostes proelio superati, simul atque se ex fuga receperunt...”, *B.G.*, IV,XXVII,1.

mediante o lexema “classem”, a prossecução da acção portuguesa, esta última página do impresso prepara a abertura do texto subsequente, as *Disceptatiuncula* contra Jóvio, a que preside um recuperador anafórico: “Hujusmodi multa sunt doctissime Bembe quae quotidie a nostris in Africa, Asiaque pro sacrosancta fide nostra aguntur...” (Eii r). O advérbio temporal *quotidie* tem plena justificação, já que as seis páginas seguintes do impresso vão apresentar, em registo polémico, uma síntese fundamentadora da história do reino até à chegada à Índia, percorrida pelas constantes semânticas da *nauigatio*, da *classis*, da *fides*, da *pauca nostrorum copia*, numa espécie de convocação catafórica do grande texto exortativo da expansão portuguesa no Oriente que se foi criando ao longo do séc. XVI.

Apesar, porém, da parcimónia na utilização de instrumentos retóricos ornamentadores do estilo, há que anotar algum cuidado organizativo da exposição. Assim, as primeiras seis páginas do impresso funcionam como uma espécie de introdução à matéria, logo a seguir à dedicatória a Bembo, que com elas, aliás, forma uma sequência sintagmática. Há uma sugestão de tratamento epicizante, que de resto virá a ser intensificado nos textos literários posteriores de outros autores, em verso ou em prosa, se bem que o objectivo dessa primeira sequência seja, em Góis, proceder a uma explicação das razões legitimadoras do ponto de vista lusitano, aspecto que provavelmente não existiria no texto original português de que se serviu<sup>41</sup>.

Nesta perspectiva, essas páginas iniciais do opúsculo denunciam algum cuidado de organização retórica; na verdade, para transmitir ao leitor o conjunto de factos e argumentos em que assentava a razão portuguesa - situada no pólo oposto à “perfidia” e à “insolentia” turcas -, o discurso reveste-se de procedimentos que visam provocar alguma dramatização enfática dessa explicação. Trata-se sobretudo do recurso ao diálogo entre o turco Solimão Baxá ou Bassa e o rei de Adém, aliado dos portugueses. No final dessa situação dialogada o rei é enforcado no mastro do navio e a cidade posta a saque, abrindo caminho para a acção turca, “significans Solimanus ciuibus [de Adém], maxime debere ipsos deo gratias agere, quod eos liberasset a tyrannide Lusitanorum, vt benigno Turcarum Imperatori inseruirent” (B r).

---

<sup>41</sup> Há que ter em conta a *Epistola [...] Ioannis III [...] ad D. N. Paulum III Pont. Max. Super victoriis rebusque in Oriente feliciter gestis*, datada de Évora, 20 de Julho de 1536, que aparece impressa nesse ano em diversos locais da Europa (cfr. FARIA, Francisco Leite de - *Estudos bibliográficos*, cit., nº 362-364) e que viria também a ser incluída na edição dos *Opuscula* feita em Coimbra em 1791, p. 382s, onde se proclamavam, diante da opinião política europeia, os acordos estabelecidos com o poderoso rei de Cambaia, em tempos de Nuno da Cunha, que envolviam já a questão da cedência de Diu, aos quais Góis alude no início dos *Commentarii* de 1539 para acentuar a *perfidia* dos Turcos.

Trata-se de um ponto importante do texto, pois aí se inicia a acção, com a narrativa a concentrar-se na apresentação objectivante dos factos ocorridos durante o cerco (Bii r), ou seja, a partir do momento em que entra em cena o governador da fortaleza, D. António da Silveira. Importa, por consequência, observar os procedimentos de sintaxe interfrásica que Góis pôs em prática ao longo do relato.

3. Aproveitando o efeito de demarcação ou de separação que o ablativo absoluto comportava em latim, o texto organiza-se nesse ponto como uma sequência que visa estabelecer o trânsito rápido entre o fim do rei de Adém (com a consequente fragilidade da situação portuguesa), o saque da cidade e o começo do cerco a Diu: “Caede regis facta [...] Indiam versus sub finem Iulij uela dare iubet [o sujeito é “Solimanus”]. In qua nauigatione octo vel decem biremes, atque actuarias naues [...] amiserunt. [...] Ita igitur nauigando, Solimanus cum classe sua, Dium pridie Nonas Septembris appulit” (B r-v). Há que chamar a atenção para o funcionamento do enlaçamento anafórico desta sequência: “... uela dare... In qua nauigatione... Ita igitur nauigando”. Mas, para além do mecanismo anafórico, notemos a inclusão de uma *descriptio* (“Est vero Malabar prouincia”) e da primeira ocorrência de indicação de uma data ao modo romano (“Pridie Nonas Septembris”)<sup>42</sup>. Meia página depois, já quando a armada turca estava diante de Diu, entra então em cena a figura de D. António da Silveira, única personagem claramente enaltecida no opúsculo, de cuja actuação vai depender o resultado final do cerco (“Dux arcis nomine Antonius a Sylueira, vir summo loco natus, magni animi, ingenijque (virtute vero et prudentia fratre suo felicis memoriae Ludouico a Sylueira Comite a Sortelha non inferior) omnia ad defensionem obsidionis necessaria disponit”, Bii r). E logo a seguir vem a apresentação da figura de Coge Sofar, o braço direito de Solimão neste cerco<sup>43</sup>. Ora a frase “Dux arcis nomine Antonius...” é a primeira que abre com um nominativo explicitamente relacionado com um nome próprio; e praticamente todas as ocorrências de “dux” surgirão ligadas a António da Silveira na primeira posição de frase. Sem optar por uma retórica enaltecadora, Góis não deixou de, sob a aparência do estilo despojado do *commentarius*, introduzir uma valorização panegírica do governador da fortaleza.

A chamada para a zona inicial da frase do nome do governador em nominativo reveste-se de uma dimensão enfática que importa evidenciar. Na verdade, sem que

---

<sup>42</sup> No texto, as datas são indicadas de acordo com a notação contemporânea, à maneira cristã e, sobretudo na parte inicial, em forma verbalizada, até ao momento em que se inicia a narrativa sobre o cerco, passando, neste local, a seguir-se o calendário clássico romano.

<sup>43</sup> Ainda o será no segundo cerco da mesma praça, em 1546.

Góis aborde a figura de D. António da Silveira como um “herói”, ou seja, sem orientar a direção do discurso para o domínio do género da exortação épica, o certo é que esta figura se desenha, certamente creditada pela verdade histórica, como paradigma do estratega prudente e avisado, sabendo gerir os meios de que dispõe sem entrar em pânico. Bastará anotar que Damião de Góis não lhe atribui o sentimento da *ira*, que marca muitas vezes as acções dos heróis épicos<sup>44</sup>. As suas virtudes tornam-se tanto mais salientes quanto, no lado dos sitiantes, o narrador acentua os vícios da “perfidia”, da “insolentia”.

A colocação de nominativos em primeira posição de frases recai essencialmente sobre *Antonius* (da Silveira), *dux* (a mesma personagem), *nostri*, *Lusitani*, *hostes*. Os três últimos lexemas fazem parte do sistema opositivo que orienta todo o relato dos acontecimentos e tinha no *Bellum Gallicum* de César suficientes exemplificações. Mas temos também “Mercatores atque oppidani” (Bi v-Bii r), numa referência às categorias sociais dos portugueses no Oriente, cujos interesses eram variáveis, podendo não coincidir sempre com os das autoridades oficiais. Por isso, talvez não seja de ver na fala exortativa de António da Silveira (“elatus animi magnitudine, voce sublimi inquit”, Dii v) exclusivamente o cumprimento de um lugar-comum imposto pelo género em si, mas também a expressão de uma realidade, já que o contributo de todos os habitantes de Diu era fundamental: “Quibus rebus percussus Antonius a Sylueira, milites omnes conuocat, quibus fidem, natiuum solum, Regem, vxores, filios, parentes, amicos, patriae longinquitatem, atque Turcarum perfidiam, paulo ante omnibus perspectam, commemorat” (Civ v-D r), ou seja a evocação de todo um mundo de valores e interesses com significado tradicional para “fidalgos cavaleiros”, certamente os elementos de maior confiança naquela situação, como servidores do rei<sup>45</sup>.

Em termos quantitativos, nominativos e formas verbais de predicado ocupando o primeiro lugar da frase correspondem a cerca de duas dezenas de casos cada, o que traduz um grande equilíbrio, embora as incidências sejam relativamente distintas, já que, na sintaxe latina, chamar para a cabeça da frase a forma de predicado equivale

---

<sup>44</sup> O vocabulário da *ira*, por exemplo, está ausente do vocabulário utilizado por Góis na caracterização de D. António da Silveira, quando não seria difícil recorrer a modelos clássicos; cfr. KIVUULA-KIAKU, José Mambwini - *Le vocabulaire de la cause chez Tacite*, “Humanitas”, LIV, Coimbra, 2002, em especial p. 251, onde se pode ver como neste historiador romano o léxico da *invidia*, da *ira*, do *metus* do *odium* tem uma frequência significativa.

<sup>45</sup> Cfr. SUBRAHMAYAM, Sanjay - *O Império asiático português, 1500-1700. Uma história política e económica*, Lisboa, Difel, s.d., p. 311. No seu texto de 1539, Góis menciona os fidalgos Manuel de Brito, Garcia de Noronha, Manuel de Vasconcelos, Martim Vasques Pacheco e seu sobrinho Gabriel Pacheco, António Mendes de Vasconcelos, mas não, por exemplo, Lopo de Sousa Coutinho.

a uma deriva face à norma corrente. No entanto, devemos ter presente que o texto pretende ser estritamente narrativo, confinado à informação dos factos, pelo que um tal procedimento acaba por se traduzir num modo de marcar um momento mais forte e sinalizar um novo impulso narrativo. Quanto à inscrição do sujeito do enunciado em nominativo na mesma posição, é um procedimento praticado na sintaxe latina, sobretudo em estruturas complexas do tipo do *periodus*, o qual, em conjugação com a colocação do predicado no fim, enfatizava a relação entre a prótase e a apódose, muitas vezes ao serviço de um reforço da *sententia* do enunciado.

Como se observou, nestes *Commentarii* não se verifica a prática de um discurso marcadamente sentencioso, mas Góis aproveita as potencialidades evidenciadoras da abertura da frase com nominativos referidos a actantes presentes no relato para empregar com alguma insistência esse procedimento. Assim, se contabilizarmos as frases que nos primeiros lugares incluem nominativos - e não estritamente a primeira posição -, encontramos meia centena, num conjunto total de pouco mais de duas centenas. É um conjunto heterogéneo, com substantivos comuns, nomes próprios e pronomes. No entanto, se analisado, este grupo patenteia uma distribuição significativa: na primeira posição da frase só aparece duas vezes um nome próprio (“Antonius” e “Nonius” [Nuno da Cunha])<sup>46</sup>; depois, em maior quantidade, temos alguns substantivos comuns; finalmente, ainda com mais frequência, são usados pronomes (demonstrativos e relativos), aspecto que importará frisar mais adiante.

Por outro lado, levando em linha de conta o facto de Góis encerrar um número razoável de frases (três quartos do total) com o verbo em último lugar, numa prática sintáctica de tonalidade claramente latina<sup>47</sup>, temos que o presente modelo - nominativo [...] verbo predicado - se identifica com a organização periódica bastante corrente em César do tipo “Caesar cognito consilio eorum ad flumen Tamesim in fines Cassivellauni exercitum duxit” (*B.G.*, V,XVIII,1), a que corresponde em Góis

---

<sup>46</sup> Na parte correspondente ao relato da acção, temos uma vez “Antonius dux.” (Ci r); há também uma ocorrência de “Nonius a Cunha”, Ciii r. Pode considerar-se um processo de certa tematização consentida pelo acompanhamento do nominativo, não só dada a posição inicial, como ainda a denotação do cargo de “dux”, no sentido de condutor, como de facto António da Silveira virá a ser desenhado no opúsculo. Trata-se de um processo com alguma marca “oratória”, que aponta em duas direcções: por um lado o locutor visa o leitor (alocutário), por outro visa o que é dito. Cfr. DANGEL, Jacqueline - *La phrase oratoire chez Tite-Live*, Paris, Les Belles Lettres, 1982, p. 18-19.

<sup>47</sup> Trata-se da construção “frequente e banal”, só de “interesse estatístico”, na fraseologia latina; daí que outras posições, como a inicial, atribuídas ao verbo na frase manifestem o seu papel central no enunciado; cfr. MAROUZEAU, J. - *La phrase à verbe initial en latin*, “Revue des Études Latines”, XV, Paris, 1937, p. 275.



“Dux Antonius a Sylueira assiduum pertinaciam hostium considerans, super cadauer collapsae turris tabulatum, pro defensione compactum, iubet erigi” (Biv v). Um tal modo de começar o enunciado frásico põe em prática um tipo de enlaçamento que assenta na chamada para primeiro lugar da personagem ou do actante responsável pelo desenrolar da acção, comportamento natural no relato narrativo<sup>48</sup>.

4. Uma observação geral revela-nos que no texto de Góis não existe uma caracterização estilística especial das zonas de fronteira ou de passagem entre frases seguintes. No fundo, os procedimentos usados são os que provêm da historiografia antiga latina, desde os primeiros tempos da analística e na sequência de uma tradição grega bem conhecida<sup>49</sup>. Ora um problema de fundo que importava resolver neste tipo de narrativa residia na maneira de fazer com que o discurso instituisse e transmitisse com eficácia a sequência cronológica dos factos, o que implicava o recurso a elementos de ligação “temporais”, como advérbios e conjunções de tempo, ablativos de tempo (às vezes no molde do ablativos absolutos).

Assim, excluídas as frases que se iniciam com lexemas nominais em função de sujeito e verbais em função de predicado da proposição principal, que, no conjunto, são cerca de um quarto das situações, muitas arrancam com fórmulas que indiciam claramente a continuidade cronológica dos eventos e, por conseguinte, creditam o fio narrativo aos olhos do leitor. É o caso de marcadores temporais como *postea, interea, interim, rursus, praeterea, proinde, pridie, tunc, ante*, bem como ablativos de tempo (*postero die, illo die, eo die, hac nocte, sequenti die*), que patenteiam a função básica de “separação” própria do ablativo. Mas Góis não emprega partículas temporais como *deinde, post* ou fórmulas como *haud multo post*; e só há um início com advérbio de lugar (*ibidem*), o que se compreende, dado que toda a acção narrada se passou ininterruptamente num mesmo local.

Estes elementos morfológicos, de parceria com outros que aduziam um matiz mais consecutivo ou confirmativo e também adversativo do tipo de *itaque, etenim, tandem, attamen, verumtamen, sed*, mercê da ajuda algo mais frequente de partículas de ligação colocadas em segunda posição da frase como *autem, uero, etiam, igitur*, asseguram o fluxo contínuo do texto narrativo, sem força suficiente, no entanto, para criar pausas significativas após o final da frase precedente.

Foi essa a razão por que se chamou, mais em cima, a atenção para a apresentação do texto impresso do opúsculo de 1539 desprovido de parágrafos, o que, sem se

<sup>48</sup> CHAUSSERIE-LAPRÉE - *Ob. cit.*, p. 17.

<sup>49</sup> CHAUSSERIE-LAPRÉE - *Ob. cit.*, p. 107.

revestir de uma diferença individualizante a ponto de a considerarmos como marca significativa, não deixa de ir ao encontro desta forte coesão narrativa que Góis transmite na sua versão latina de um relato informativo em português. Contudo, em algumas frases que arrancam com substantivos em nominativo ou então comportam, nas duas primeiras posições, alguma partícula de valor adversativo ou um ablativo absoluto, seria aceitável a abertura de parágrafo, assinalando uma pausa mais evidente no relato<sup>50</sup>.

Deste modo podemos considerar que as pausas assinaladas tipograficamente com ponto final sinalizam momentos de articulação interfrásica em que se podem notar dois níveis com alguma distinção: há inícios de frases que, pelas partículas inseridas logo à cabeça, asseguram de forma muito evidente a continuidade narrativa de um discurso que pretende transmitir essa mesma impressão ao leitor; mas há outros começos de frases que sugerem pausas mais nítidas, sem que o autor (ou o tipógrafo?) as haja entendido como justificativas de divisão do texto em sequências individualizadas, do tipo de parágrafos e muito menos de capítulos.

Estão neste apartado as construções do tipo *cum* e conjuntivo, por exemplo em “Cum primum in terram descendissent milites” (Bii v) e “Cum Goam appulissent” (Biv r), únicos testemunhos nesta posição, ou então de *dum* e indicativo, mais usada do que a anterior, como em “Dum haec aguntur” (Biii v e Cii v) ou com conjuntivo, em “Dum haec agerentur” (Biii v). *Cum* e *dum* são partículas que, de uma forma mais ou menos forte, instituem alguma ruptura na sequência da exposição discursiva, e como tal podem surgir para marcar momentos de alguma dramaticidade no relato, introduzindo uma novidade ou uma mudança mais repentina na informação sobre o curso dos acontecimentos<sup>51</sup>. O efeito torna-se mais evidente se o autor tirar proveito do reforço de advérbios como *repente* ou *subito*, como em César “Cum repente instructas velut in acie certo gradu legiones accedere Galli uiderunt” (BG, VIII, IX, 1).

Ora a observação do comportamento de Damião de Góis na construção do discurso nestes seus primeiros *Commentarii* mostra-nos que se absteve, de forma nítida, de introduzir mecanismos textuais de dramatização que, de algum modo, transmitissem espanto ou sobressalto repentino ao leitor. Não significa isto que no opúsculo não se desenvolva uma estratégia para fornecer ao leitor uma visão dramática e até teatral dos sucessos (mercê das anotações de pormenores descritivos relacionados com o faseamento do cerco); mas isso provém mais do tratamento da

<sup>50</sup> Por exemplo, em César são correntes inícios de capítulo do tipo “Caesar acceptis litteris...”.

<sup>51</sup> CHAUSSERIE-LAPRÉE - *Ob. cit.*, p. 562.

diegese, por exemplo mediante a intensificação das dificuldades dos sitiados, concretizada na progressiva destruição dos torreões que defendiam a cidade por efeito da artilharia e das investidas turcas. É a zona do relato onde a figura de António da Silveira emerge e onde se anotam os nomes de outros portugueses, mas tudo no quadro do cuidado em transmitir ao leitor europeu a imagem de como do lado português presidia a “prudencia”, o saber estratégico, enquanto do lado turco prevaleciam a “insolentia”, a desmesura quantitativa, o ímpeto da força<sup>52</sup>.

Talvez isto explique a parcimónia claramente notória com que Góis emprega construções sintácticas que, na tradição historiográfica, emprestavam à exposição algum dramatismo; os ocorrências das conjunções *cum* e *dum* no texto de 1539, em posição inicial de frase, são unicamente as atrás indicadas; quanto a *tum* nem chega a aparecer<sup>53</sup>. Já agora, anotemos também a raridade de construções consecutivas, dotadas de potencialidades intensificadoras mais visíveis, que Góis emprega mais na parte final do texto, como em “Tantus fuit omnium terror ac timor, vt relictis...” (E v). Uma das consequências significativas deste modo de actuar é o esbatimento da interpretação do sujeito da enunciação sobre os acontecimentos; daí a importância dos textos que, na edição de 1539, envolvem os *Commentarii* em si mesmos.

Isto significa que a *narratio* vazada para latim se restringia ao relato dos sucessos em si mesmos, as *res gestae*, deixando de lado comentários interpretativos, como os que se podem encontrar os textos de autores como João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda, Lopo de Sousa Coutinho<sup>54</sup>, Gaspar Correia. No fundo, os

---

<sup>52</sup> Num quadro genológico mais dependente da procura dos efeitos produzidos pelas imagens dos combates guerreiros, em si mesmas dinâmicas e tão apreciadas pela estética e pela poética de base renascentista, como seria o caso de uma historiografia oratoriamente exaltadora, o autor teria neste ponto do seu relato uma oportunidade para intensificar a eficácia da retórica da “realidade”, com sugestões sobretudo visualizadoras e sonoras dos actos e dos gestos. Góis, porém, abstém-se de avolumar essa dimensão certamente menos adequada à modalidade do *commentarius*, mesmo quando o relato da destruição dos torreões poderia apelar a isso.

<sup>53</sup> De facto, não são aproveitadas as suas capacidades para dramatizar a relação com o momento presente, por exemplo por meio de *tum uero* ou *enimvero*. Usa uma vez *tunc* em abertura de frase, quando se reporta ao episódio da tentativa de aliciamento do rei de Calecute pelo emissário de Solimão Bassa: “Tunc Rex toruo, truculentoque aspectu, inquit...” (Ciii v). Sobre o emprego destas partículas, cfr. CHAUSSERIE-LAPRÉE - *Ob cit.*, p. 519.

<sup>54</sup> Lopo de Sousa Coutinho participou no cerco de Diu em 1538, cujos sucessos relatou no volume que saiu publicado muito mais tarde, em 1556, com o título de *Liuro primeyro do cerco de Diu, que os Turcos poseram á fortaleza de Diu*; sobre este testemunho cfr. LOPES, Maria José Ferreira - *Damião de Góis e Lopo de Sousa Coutinho: duas perspectivas diferentes sobre o 1º cerco de Diu*, in “Damião de Góis na Europa do Renascimento”, cit., p. 543. Em Góis, a figura central, cuja linhagem é mesmo referida, é D. António da Silveira; Borges de Macedo (*Op. cit.*, p. 139, n. 17), levanta a hipótese (discutida por Aires Nascimento, *loc. cit.*) de uma animosidade na corte portuguesa contra D. Nuno da Cunha se

por menores narrados dizem respeito à actuação de António da Silveira e à perícia que soube utilizar durante o terrível cerco, como se uma das lições de propaganda a retirar fosse que não era só o valor militar do cavaleiro mas também a perícia do capitão que se tornavam necessários no Oriente, em tempos em que as batalhas já dependiam em larga medida das armas de fogo.

As pausas instituídas no *continuum* discursivo entre o termo de uma frase e a abertura de uma subsequente constituem locais ou momentos que adquirem relevo significativo em enunciados longos, formados pela articulação de outros enunciados, mais ou menos simples ou mais ou menos complexos, como tendem a ser os do discurso oratório que caracteriza a exposição da historiografia literária, onde ao relato se junta a opinião do responsável pela enunciação. Uma tendência mais oratória deste tipo de discurso, como em Tito Lívio, implica uma elaboração frásica mais complexa.

No entanto, como se deixou indiciado atrás, de acordo com o que corresponderia à percepção de um texto tendencialmente reduzido à narrativa de acontecimentos, Damião de Góis não adoptou o modelo de organização do discurso historiográfico próprio da “historia”; assim, deixou de lado comentários moralizantes ou sugestões explicativas sobre os motivos condicionadores das atitudes dos homens - por exemplo, e como se apontou, o vocabulário da *ira* está ausente do seu texto - e outro tipo de incisivos como formulações de sentido político-moral, sob a forma de *sententiae* doutrinárias, por exemplo do género das que ocupam o primeiro parágrafo da *Catilinae Coniuratio* de Salústio.

Tal não significa, porém, que não exista, no interior do texto, uma procura pela instituição de um ritmo narrativo dotado de algum dinamismo, assinalado precisamente nesses pontos de relevo que são os começos das frases, como forma de manter desperta a atenção do leitor e de garantir uma certa homogeneidade ou coesão do relato. Trata-se sobretudo de partículas que estabelecem nexos de valor adversativo, como *sed, autem*, ou então confirmativo, como *nam*<sup>55</sup>; no entanto, as

---

reflecta no texto goisiano. Góis inserirá um comentário elogioso de autor, em forma de prolepse, para referir o naufrágio de Nuno da Cunha no regresso ao reino, usando da velha imagem da queda dos grandes: “Nonius a Cunha postea illinc soluit, in Lusitaniam nauigaturus, in itinere vero, iniquo fato, apud Caput bonae spei diem suum obit. Piscibus, turgidoque mari eius cadauer, qui vltra decennium, Imperium Orientis, nomine Regis sui gesserat, traditur. Quae mors non illi fuit noxia, quoniam sciebat se ad feliciorum vitam migraturum, sed nobis Lusitanis” (Ciii v). Góis também não alude a Martim Afonso de Sousa, que havia participado activamente na construção da fortaleza de Diu...

<sup>55</sup> Usado uma única vez, em primeiro lugar da frase, já na zona final do relato, ao apontar como um veneziano que andava ao serviço dos turcos viera informar os portugueses da intenção de Solimão de levantar o cerco e da sua exasperação contra Coge Sofar, por tê-lo aliciado com a ideia de que a fortaleza seria facilmente tomada (Div v).

duas mais utilizadas são *uero* e *igitur*. Colocada normalmente em segunda posição no início da frase, após um nome, *uero* trazia para o discurso uma sugestão de advertência não muito forte, mas que servia para marcar a oposição entre “*nostri*” e “*hostes*”, no molde “*Nostri uero repugnantes [...]. Hostes uero miris modis contra nitentes...*” (Biv v).

5. Por conseguinte, tendo em conta o relevo que a abertura de uma nova frase ganha após o encerramento da anterior para a estruturação da exposição narrativa (ou outra), parece pertinente que se conceda alguma atenção à articulação entre as frases, entendidas como enunciados construídos de forma coesa e coerente, o que no plano da fixação tipográfica se traduz na utilização de uma sinalética própria, patente no impresso de 1539, como se observou mais em cima. Para tal há que proceder à descrição das soluções que, para além das que ficaram abordadas para trás, surgem no texto de Góis como mais eficazes para esse trabalho de consolidar a unidade do relato, no quadro de uma economia narrativa sintonizada com o modelo do *commentarius*.

Como *narratio*, podemos anotar a sua relativa brevidade, em sintonia com o que preceituava a retórica antiga; por outro lado, é óbvio que têm de prevalecer nela os nexos de natureza temporal ou temporal-causal, patentes nas formas adverbiais ou sintáticas já aludidas. Há, no entanto, outros procedimentos que desempenham um papel de maior relevo e eficácia ao longo do texto e que merecem a nossa atenção.

Começemos pelo ablativo absoluto. O ablativo absoluto é um recurso sintático com alargado uso na exposição historiográfica latina, pois permitia marcar com mais força alguns momentos do andamento narrativo, na medida em que comportava uma indicação de separação, de paragem seguida de novo arranque, pelo que servia bem para assinalar mudanças de capítulos ou de parágrafos. Isto não deixava de contribuir para a criação de algum dinamismo e até de algum dramatismo narrativo, por exemplo mediante o inculcar de um *suspense* no espírito do leitor<sup>56</sup>.

Góis serve-se do ablativo absoluto em início de frase de uma maneira comedida: em cerca de uma vintena de casos. Trata-se de construções do tipo “*Hoc proelio facto*”, “*Hoc facto proelio*”, “*Quibus rebus cognitis*”, variadas vezes empregues no texto do *Bellum Gallicum* de César. Em Góis aparecem “*Sequenti die*”, “*Qua*

---

<sup>56</sup> Cfr. CAVE, Terence - “*Suspendere animos*”: pour une histoire de la notion de suspense, in “*Les commentaires et la naissance de la critique littéraire en France (XIVe-XVIe siècles)*”, Paris, Aux Amateurs de Livres, 1990, p. 211.

legatione audita”, “Incepto autem praelio”, “Denique toto exercitu commoto”, “Habita concione”, “Praelio finito”. Anotemos a convergência entre “Quo facto [...] audacius resistere ac fortius pugnare coeperunt” em César (*BG*, II,XXVI,2) e “Quo facto, canere atque saltare incipit” em Góis (*Div r*). É visível aqui uma aproximação bastante clara ao estilo de César, muito mais do que ao de Salústio, pese a referência de João Rodrigues de Sá na carta já aludida<sup>57</sup>.

Há, porém, um pormenor que vale a pena salientar. Em Júlio César é relativamente frequente a presença do lexema *res* no início de frase em ablativo absoluto e noutras construções do tipo “His rebus conventibusque peractis”, “His rebus cognitis exploratores centurionesque praemittit”, “Quibus rebus cognitis”, “His rebus cognitis”, “His rebus pace confirmata”, “Hac re [...] cognita”, algumas delas em início de capítulo. Nestes casos, o lexema *res* reveste-se da função de um referente nominal de valor geral, reportado a algo que está denotado anteriormente, do tipo da anáfora “por nominalização”<sup>58</sup>. O que não pode deixar de causar alguma estranheza é o facto de, no texto de Góis, só em três locais tal lexema ser utilizado em ablativo absoluto e sempre precedido do relativo *qui*: “Qua re peracta” (*Aii v*), “Qua re ab hostibus perspecta” (*Biii r*), “Qua re perspecta, subito...” (*Cii v*), onde a presença do advérbio *subito* concede uma certa dramatização ao relato<sup>59</sup>.

Em Góis podemos, por consequência, anotar o seguinte: em primeira posição de frase, *res* em ablativo nunca se apresenta determinado pelo demonstrativo *hic*, mas sempre pelo relativo *qui*; por outro lado, o recurso a *res* num papel de nominalização anafórica, pesem as suas capacidades de instituição de articulação entre as frases da narrativa, surge em Góis só em sete momentos: “Qua re peracta” (*Aii v*), “Qua re ab hostibus perspecta” (*Biii r*), “Qua re perspecta” (*Cii v*), “Quae res omnibus nostris” (*Civ r*), “Quibus rebus percussus” (*D r*), “Erat res incredibilis” (*Diii v*), “Quibus rebus Solimanus” (*Ei r*).

<sup>57</sup> Amadeu Torres situou a referida carta na “terceira fase”, “lovaniense”, da epistolografia goisiana; Cfr. *ob. cit.*, II, p. 187.

<sup>58</sup> APOTHÉLOZ, Denis - *Rôle et fonctionnement de l'anaphore dans la dynamique textuelle*, Paris-Genève, Droz, 1995, p. 37. A capacidade deste tipo de anáfora está sintetizado em FIGUEIREDO, Olívia Maria - *Considerações sobre o emprego da anáfora nominal em textos de alunos*, “Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas”, XVIII, Porto, 2001, p. 403: “O destaque a dar ao fenómeno da nominalização reside na sua capacidade em operar, por um lado, uma transformação lexical e sintáctica e, por outro, imprimir à sequência textual um carácter sintético e resumativo”.

<sup>59</sup> A fórmula *quibus rebus confectis* comporta um valor recapitulativo e um movimento direccionado para a frase precedente, a marcar uma pausa antes de novo avanço; cfr. CHAUSSERIE-LAPRÉE - *Ob. cit.*, p. 85.

6. Isto conduz-nos ao domínio da articulação interfrásica assente no enlaçamento anafórico, importante na gestão da exposição narrativa, como um processo de garantia da homogeneidade narrativa do texto.

A questão da anáfora, na sua relação com a natureza e construção de um enunciado minimalmente completo, preocupou já a gramática antiga, sobretudo a helenística e a sua herdeira latina; razões diversas, desde o que tinha sido dito e o que não chegara a ser dito por Aristóteles quanto ao *logos* e ao *periodos*<sup>60</sup> - mas não percamos de vista que se trata de reflexões e de tentativas definitórias para um tipo de discurso oral, não para o escrito -, até às implicações propriamente gramaticais e pedagógicas das reflexões dos estóicos sobre a articulação entre o “pensar” e o “dizer” e às questões do enunciado como expressão no plano do conhecer, da expressão e do convencer, haviam chamado a atenção para a anáfora, não só pelas suas implicações no que dizia respeito à unidade “lógica” da construção enunciativa (e a unidade perspectivava-se em planos diferenciados), como também, no plano gramatical, pelo papel que concedia ao pronome<sup>61</sup>.

Ao tempo em que Damião de Góis aprendeu latim, ainda antes da técnica pedagógica dos Jesuítas se impor<sup>62</sup>, prolongando as orientações de aprendizagem das “*humaniores litterae*” humanistas, a tradição gramatical ensinava que o pronome substituíu o nome. Ora o contacto com os textos dos autores latinos mostrava aos gramáticos antigos, medievais e mesmo renascentistas a capacidade que os pronomes relativos e demonstrativos detinham para, sobretudo em início de frase, instituir um mecanismo relacionador de natureza anafórica, indubitavelmente útil numa

---

<sup>60</sup> Cfr. CHIRON, Pierre - *La période chez Aristote*, in “Théories de la phrase et de la proposition de Platon à Averroès”, Paris, Éditions Rue d’Ulm, 1999, p. 103.

<sup>61</sup> Cfr. BARATIN, Marc - *La conception de l’énoncé dans les textes grammaticaux latins*, in “Théories de la phrase et de la proposition de Platon à Averroès”, cit., p. 171s.

<sup>62</sup> No entanto, do ponto de vista das concepções teóricas tal gramática continuava tradições anteriores; cfr. PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio - *Textos gramaticales jesuíticos para la enseñanza del latín en Portugal: el “De constructione octo partium orationis” (Coimbra 1555)*, “Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos”, 22, 2002, p. 211. Aliás, antes de partir para Itália, já Damião de Góis tinha usufruído da convivência com Erasmo em 1533, certamente no conjunto de outros muitos visitantes do “príncipe” dos humanistas, e não foi de certeza alheio à impressão contra a vontade deste de uns rudimentos de retórica a si dedicados: *Eras. Roterod. Compendium, ad Damianum a Goes, Equitem Lusitanum*, Lovaina, 1544; cfr. MATOS, Luís de - *Das relações entre Erasmo e os portugueses*, “Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira”, IV, Lisboa, 1963, p. 241, em especial p. 247s. Tenhamos em conta a chamada de atenção que Aires Nascimento faz para o papel que o texto latino do *Cato Maior* detinha na formação escolar, tomando como apoio o testemunho de François Dubois, editor e comentador de Cícero, além de editor da obra em causa, que Góis traduziu (Cfr. NASCIMENTO, Aires A. - *Art. cit.*, p. 239s.).

narrativa que visasse a exposição coesa de acontecimentos<sup>63</sup>. Essa capacidade provinha, como há um século a gramática comparativa sublinhou, do valor anafórico de dois temas indo-europeus, \*yo- e \*to-, que serviam, sobretudo o segundo, que evoluiria para o relativo, para accionar o reenvio, no contexto da sequência frasal, para uma palavra dita pouco antes<sup>64</sup>.

Ora se observarmos o comportamento de Góis no que diz respeito à maneira de gerir a sucessão frasal no seu texto de 1539, podemos verificar que, no conjunto das duas centenas de fecho de uma frase e abertura de uma seguinte, tipograficamente assinaladas pelo ponto final em regra, existem quase oito dezenas que apresentam, à cabeça da nova frase, um pronome relativo ou um pronome demonstrativo<sup>65</sup>. Ou seja, quase metade desse conjunto. Nos relativos o pronome é *qui*, na diversidade que as situações da sintaxe impunham; nos demonstrativos predomina claramente *hic*, vindo depois, em muito menor quantidade, *ille* e *is*. De *ille* há só duas ocorrências iniciais, e de *is* contam-se cinco. Significa isto que os pronomes colocados no arranque de frase, após ponto final, pertencem exactamente à categoria daqueles

---

<sup>63</sup> É preciso ter em consideração que, em termos retóricos, a anáfora se relaciona com a univocidade e, portanto, a “perspicuitas”, o que implica já a relação com a questão do texto do ponto de vista linguístico; cfr. GARAVELLI, Bice Mortara - *Manuale di retorica*, 5ª ed., Milão, Bompiani, 1991, p. 137. No plano linguístico, cfr. SILVA, Fátima - *Do possível e impossível em red denominação demonstrativa anafórica*, in “Actas do Encontro Comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto”, Porto, CLUP, 2002, p. 141. Mas em meados do séc. XX, no período da grande investigação (e ensino...) no campo da filologia das línguas antigas, J. Marouzeau analisava, em termos “estilísticos”, a estrutura da frase latina e como nela actuavam diversos mecanismos e movimentos de coesão e relacionamento, por exemplo “atrações e oposições”, “dissociação e inserção”, “interferências”, que epifanizam as potencialidades anaforizantes de vários elementos frasais; cfr. *L'ordre des mots dans la phrase latine. III - Les articulations de l'énoncé*, Paris, 1949, p. 137s.

<sup>64</sup> Cfr. MEILLET, A.; VENDRYES, J. - *Traité de grammaire comparée des langues classiques*, 4ª ed., Paris, Honoré Champion, 1968, p. 635. Cfr. FONSECA, Fernanda Irene - *Art. cit.*, p. 277.

<sup>65</sup> Amadeu Torres, no fundamental trabalho sobre a epistolografia latina de Góis já indicado, anota a elevada percentagem de pronomes nos inícios de frase, caracterizando tal situação como “uma superabundância de parataxe muito pouco conforme aos cânones do idioma lacial” (*Ob. cit.*, II, p. 296). É preciso ter em conta que a estratégia do discurso epistolar goisiano não correspondia necessariamente à dos *commentarii*; naquele, até pela *dignitas* dos correspondentes, impunha-se uma atenção à estrutura periodal da frase, de acordo com o sentido do *certus et circumscrip tus uerborum ambitus* (*Ibidem*, p. 237), enquanto, ao que se nos afigura, no relato sucinto de factos em registo claramente informativo a ausência de complexidade frásica podia abrir caminho ao reforço do enlaçamento de referência endofórica em que eram de enorme utilidade esses pronomes demonstrativos e relativos. Sem pôr em causa que, na Carta VIII endereçada por Góis a Bonifácio Amermáquio em 21 de Julho de 1534, a “repetição de *quod* relativo” significa “certa limitação elocucional”, como observa Amadeu Torres (*Ibidem*, p. 180), nos *Commentarii* esse procedimento pode ser visto como procedimento enquadrado na utilização frequente do relativo em início de frase.



que maior capacidade dispõem para estabelecer a ligação ou nexo de continuidade enlaçante com a frase anterior, graças às suas capacidades “fóricas”, garantindo, desse modo, a sequencialidade dos dados, mas não abrindo espaço para a intervenção sentenciosa do autor; é que o texto é apresentado como *commentarii*, no plural, e não como *historia*<sup>66</sup>.

Como se frisou, na carta de 1541 de João Rodrigues de Sá, o culto fidalgo português sugere, a par de Virgílio e de Lívio, o modelo de Salústio para os *Commentarii* de 1539. O fidalgo português deve ter evocado Salústio com fundamento na similitude entre os títulos *Bellum Iugurthinum* e *Bellum Cambaicum*, como também foi conhecido e referenciado o opúsculo goisiano. No entanto, o paralelismo não tem razão de ser nem no plano da concepção e da intenção das obras, nem no plano enunciativo. O livro de Salústio foca uma guerra na amplitude das suas causas e efeitos, enquanto o relato latino assinado por Góis se confina à apresentação do que sucedeu, durante uns meses e numa mesma cidade sitiada. É certo que a edição de 1539 evidencia a intenção de enquadrar esses sucessos, concretamente focados e fixados, num contexto de razões e objectivos mais amplo, através dos outros textos que a compõem; mas não assim quanto ao opúsculo em si mesmo.

Ora a observação da actuação de Salústio na zona de passagem de uma frase a outra revela-se distinto daquele que Góis executou nos *Commentarii*. Na verdade, embora no texto de Salústio muitos dos períodos abram com fórmulas correntes na prosa narrativa, como sejam ablativos do tipo “His difficultatibus circumuentus” (VII,1) ou “Ea fuga Iugurtha impensius modo rebus suis diffidens” (LXXV,1, onde está presente uma anáfora de tipo “infíel”, já que atrás aparecera “fugati” referido aos Númidas), o certo é que são sobretudo as partículas de valor adversativo, restritivo (*sed, contra, tamen*), confirmativo (*nam*) ou consecutivo-conclusivo (*igitur, ergo*)<sup>67</sup>, bem como nexos temporais (*post, postquam, postea*) que surgem a instituir o enlaçamento interfrásico, mais do que as formas de pronomes relativo ou demonstrativos: a articulação através de um demonstrativo faz-se com *is* algumas vezes, com *hic* muito menos vezes e ainda mais raramente com *ille* e *ipse*.

---

<sup>66</sup> Na terminologia designativa quinhentista isso correspondia ao sentido de *relação*; assim se compreende o recurso a este termo para traduzir *commentarius* por parte de Carlos Ascenso André, tradutor moderno do *Commentarius de rebus in Índia apud Diu gestis anno salutis nostrae M.D.XLVI*, de Diogo de Teive, saído em Coimbra em 1548: *Relação das proezas levadas a efeito pelos portugueses na Índia, junto de Diu, no ano da nossa salvação de 1546*, Lisboa, Cotovia, 1995.

<sup>67</sup> MAROUZEAU, J. - *L'ordre des mots*, cit., p. 85s.

Não é de Salústio que o discurso de Góis se aproxima mais, mas de César, autor que, como já se disse mais de uma vez, João Rodrigues não incluiu nos “modelos” dos *Commentarii*. Ao lado, porém, de pontos similares (por exemplo a oposição entre os “nostri” e os “hostes”) verifica-se uma diferença notória: enquanto César se apresenta não só como o sujeito da enunciação discursiva, mas também como sujeito de enunciados (do tipo “Caesar nuntiis ad ciuitatem Haeduorum missis”, *BG*, VII,XLI,1), Góis só pode aparecer na primeira função e mesmo aí de forma matizada, já que se dirige a Bembo como simples tradutor para latim de algumas informações que recebera de Lisboa. Incisos parentéticos do tipo “vt vocant”, “deo adiutore” veiculam comentários ocasionais que indiciam o tradutor do texto, mas não a do autor da *narratio*.

Em ambos os casos, porém, é manifesto o cuidado em manter o leitor constantemente preso ao fio condutor dos acontecimentos, tal como são estes configurados no relato<sup>68</sup>; a ligação entre as frases procura, por isso, instaurar uma sequência sem quebras nem desvios, projectando sempre a atenção do leitor para o progresso dos eventos, num avançar cujo desenlace é conhecido<sup>69</sup>; ou seja, trata-se mais de explicar o que aconteceu, mesmo no pormenor, do que satisfazer um *suspense* que não é aqui finalidade visada pelo narrador.

Na verdade, como já se anotou mais em cima, o mecanismo anafórico de enlaçamento das frases por meio de pronomes relativos predomina do texto goisiano dos *Commentarii rerum gestarum in India citra Gangem a Lusitanis*. A eficácia de tal procedimento parece evidente, já que, tal como se aprendia a gramática latina ao tempo de Góis, uma das regras mais importantes a fixar e a praticar era a concordância entre o relativo e o seu “antecedente”<sup>70</sup> (isto é, acautelar a coerência sintáctico-semântica do discurso). Daí que seja nesses casos que o texto de 1539 mais vezes pratica quer a anáfora “fiel”, como em “Quam classem”, que recupera “classis” na frase anterior (Aii v), quer a referência contextual, como em “Cui classi praefecit”, onde “classi” retoma “naues” anterior (Aiii r), em forma de anáfora “infiel”<sup>71</sup>.

Pressente-se, por conseguinte, um discurso linear, preocupado com a *perspicuitas*, sem sobressaltos dramatizadores, no quadro do que se podia entender por *commentarii*. É nessa direcção que vai a maioria dos inícios de frases, não só em função de enlaçamento anafórico, mas também evidenciando a função tempo-

<sup>68</sup> Cfr. APOTHÉLOZ, Denis - *Ob. cit.*, p. 10.

<sup>69</sup> Poderia para aqui transferir-se, com as devidas acomodações, a noção de “cadeia anafórica” usada pelos linguistas; cfr. OLIVEIRA, Fátima - *Cadeias anafóricas. Que referência?*, “Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas”, IV, Porto, 1987, em especial p. 127.

<sup>70</sup> LEÓN ROMEO - *Art. cit.*, p. 220.

<sup>71</sup> APOTHÉLOZ, Denis - *Ob. cit.*, p. 36-37.

ral sequencial, importante num relato que tem muito de diarístico, como “A tergo ilico ignem ex picea materia, aridisque lignis struit, qui magno incendio noctu, mane, vesperique ardebat” (Biv v - C r)<sup>72</sup>. Daí que o emprego de construções temporais (adverbiais ou conjuncionais) apareça com algum relevo (cerca de uma trintena), reforçado ainda por fórmulas de complemento como “Illo die” (Ci v) ou então por construções de ablativo absoluto como “Illucente die circiter” (Di v), “Nocte praeter lapsa” (Ei r)<sup>73</sup>, “Sequenti die” (Bii v por ex.), que Góis utiliza mais do que uma vez, não se interessando, no entanto, por “Postero vero die” (Aiv v), que ocorre uma só vez em início de frase, apesar de César a empregar com alguma frequência no *Bellum Gallicum*.

Neste ponto podemos considerar que a máquina anafórica desempenha um papel fortemente estruturante no texto narrativo de Damião de Góis editado em 1539. Realizando-se prioritamente por meio de partículas que, tanto pela capacidade deíctica que as caracteriza, como o demonstrativo *hic*, como pela capacidade relacionadora no caso do relativo *qui* - em ambos os casos tirando proveito das potencialidades englobantes que as formas de nominativo neutro de plural ofereciam, adjuvadas ainda pelo termo *res* no plural como nominalizador anafórico -, ela permite instituir e garantir essa “continuidade referencial” necessária à coesão do texto<sup>74</sup>.

Isto não impede que, no seu interior, apesar da sua pequena extensão, se encontrem momentos que correspondem a pausas, obviamente não dotadas de uma força suficiente para imporem a abertura de um parágrafo, por exemplo, e muito menos de um capítulo. Esses momentos vêm caracterizados fundamentalmente pelas seguintes situações de abertura já referidas: substantivo em nominativo, forma verbal como predicado, presença de partículas que transportam consigo algum sinal de dramatização do relato, como é o caso de *ecce* (“Ecce adhuc alius dux terrestrium copiarum comitatus viginti milibus militum” (Bii r), única ocorrência inicial desta exclamativa que busca contribuir para o espanto do leitor diante da enorme quantidade de tropas colocadas frente à cidade, sob o comando de Coge Sofar<sup>75</sup>) ou de *subito* (Góis não emprega *repente*, que César utilizou) (“Subito aliquot nostrorum ex arce ad ostium”, Cii r), advérbio que vem empregado várias vezes na zona do

---

<sup>72</sup> Se é certo que o andamento do relato impõe a indicação de algumas datas, também é verdade que não se chega ao pormenor da indicação das horas do dia, como sucede em alguns, é certo que raros, passos do *Bellum Gallicum* de César (ex. “ipsa hora diei circiter quarta”, IV,XXIII,2; “Hora circiter tertia ab antecursoribus”, V,XLVII,1).

<sup>73</sup> Mas não aparece “Prima luce” utilizada por César.

<sup>74</sup> APOTHÉLOZ, Denis - *Ob. cit.*, p. 10.

<sup>75</sup> ... qui vocabatur Rogetus Gosarus, natus matre Turca, et patre Christiano orto in Xio insula, cuius opificium fuerat rimas nauium obturare. Fuerat hic Rogetus Regi Cambaiae, dum viueret, dilectis-

relato que corresponde à fase de maior intensidade dos combates e do perigo que corriam os portugueses.

Quanto à chamada do verbo para primeiro lugar absoluto da frase, trata-se, como se apontou mais atrás, de um procedimento cuja força retórica era muito maior, já que, na frase latina, o lugar do verbo tendia a ser o último. Isto em nada limitava a “centralidade do verbo” na frase<sup>76</sup>, até porque era repetidas vezes referida a opinião de Quintiliano: “in uerbis enim sermonis uis est” (*Inst. Or.*, IX,3,26)<sup>77</sup>. Colocar o verbo no princípio do período revestia-se, deste modo, de algum estranhamento<sup>78</sup>, que, no caso dos *Commentarii* de 1539, se evidencia em momentos que sugerem, por sua vez, uma certa pausa: “Habebant nostri citra arcem in ipsa ciuitate turres duas” (Biii r)<sup>79</sup>. Isto ainda é mais evidente nos três inícios com *est*, no presente do indicativo, com um valor mais assertivo: “Est uero Malabar prouincia” (Bi v), “Est autem iste potens Calecutij Rex” e “Est uero Cochinum oppidum” (Civ r).

7. O texto dos *Commentarii* que Damião de Góis fez sair em Lovaina no ano de 1539, mal havia chegado de Itália, oferece-se, pois, como um *continuum* concretamente centrado num conjunto de acontecimentos bem datados e localizados, sem que o autor se disponha a elaborar desvios ou excursos. No plano diegético, isso funciona como um mecanismo de coesão da narrativa; no plano da construção enunciativa, esta assenta particularmente nos mecanismos de retoma e de referência intratextual e endofórica<sup>80</sup> que os pronomes demonstrativos e relativos permitem realizar. Apesar de diferenças observáveis, é visível o modelo expositivo utilizado por César no *Bellum Gallicum*.

---

simus” (Bii r); virá a desempenhar papel determinante no segundo cerco de Diu, em 1546, sendo aí morto por um tiro enquanto observava descuidado o arraial português, como Góis recordará no seus segundos *Commentarii tres* saídos em Lovaina em 1549.

<sup>76</sup> Para a abordagem linguística desta questão, cfr. FONSECA, Joaquim - *A centralidade do verbo no enunciado*, “Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas”, III, Porto, 1986, p. 53.

<sup>77</sup> No plano da organização enunciativa, Quintiliano coloca a ordem da importância acima da ordem meramente cronológica (“uerbum sensum cludere.. optimum est; in uerbis enim sermonis uis est”, IX,3,26), considerando que o enunciado vai do menos para o mais importante, em gradação ascendente, pelo que o verbo ocupa o final da frase precisamente porque encerra o essencial do pensamento; cfr. MAROUZEAU, J. - *L'ordre des mots*, cit., p. 138.

<sup>78</sup> MAROUZEAU, J. - *L'ordre des mots*, cit., p. 192.

<sup>79</sup> *Habere* no pretérito imperfeito é o verbo activo mais vezes utilizado nesta situação. Quanto a *esse*, surge, em idêntica posição, na forma *est*.

<sup>80</sup> APOTHÉLOZ, Denis - *Ob cit.*, p. 29. Em Salústio serão exemplos casos como “His atque talibus aliis ad deditionem regis animum impellit” (*B.I.*, LXII, 2), “His atque aliis talibus dictis” (*B.I.*, LXXXI, 2), “His ego praeceptis milites hortabor” (*B.I.*, LXXXV, 34).

É neste quadro que deve anotar-se a quase ausência de cenas de efeito mais forte ou patético, facilmente imagináveis em situações terríveis como as de um cerco com as características do de Diu. Poucos momentos de intensidade mais forte podemos encontrar, sob a forma de situações cuja teatralidade nada de inovador oferecia ao leitor humanista. Tais momentos reportam-se, como é compreensível, à fase mais intensa dos combates, onde o narrador tem de aplicar uma estratégia informativa capaz de dar conta da situação dos sitiados, num tipo de guerra de desgaste como aquela, sem, contudo, enveredar por uma ornamentação demasiado retórica, por exemplo mediante a convocação de símiles ou imagens de recorte clássico, fosse pelo seu vocabulário, fosse pela referência histórica ou mitológica, já que, se assim procedesse, estaria a extravasar o quadro do *commentarius*.

Por isso, em bom rigor encontramos só três sequências onde o Góis investe de forma mais evidente na captação da imaginação do leitor para o esforço que era exigido aos portugueses. Numa página marcada pela regularidade do ritmo e da extensão dos períodos, vincada ainda por começos de frase anafóricos - “Milites vero quinquaginta, qui in turre praesidio erant [...]. Illo die cum nihil promouissent Turcae [...]. Milites qui designati erant ad muros turris conscendendos [...]. Incepto autem praelio [...]. Rursus ij, qui ex quinquaginta pro propugnaculo integri adhuc seruabantur [...]. Praeterea nostri, ex arce opportunitate perfecta...” (C v) - vamos encontrar, no final, a sequência: “Hostes videntes ob oculos praesentem cladem, mareque sanguina suorum tinctum, atque multos laesos, et igne combustos, exanimati plane a certamine destitute, et de loco pedem retulere. Subito aliquot nostrorum ex arce ostium, per quod ad mare itur, erumpunt...” (C v-Cii r). Anotemos a ênfase posta na força da desgraça patenteada, portanto claramente creditada (“videntes ob oculos”), potencializada pela imagem do mar tinto de sangue, tudo seguido de imediato por um *subito* que inicia uma frase portadora de uma imagem também sinalizadora da violência do combate: “Subito aliquot nostrorum [...] erumpunt, paruasque scaphas conscendunt, vt hostium spolia per aquas flutuantia, exciperent, inter quae tres milites Turcas [...] viuos capiunt” (Cii r).

Um outro momento corresponde àquele em que os portugueses, após o dia de mais intensos combates, puderam observar nos fossos circundantes da fortaleza a quantidade de adversários mortos: “Erat res incredibilis dictu videre capita, cerebra, brachia, tibias, intestina, caeteraque corporis membra, quae in arcis fossa prostrata iacebant” (Diii v). A *enargeia* da cena provém retoricamente da enumeração ordenada de cabeças, miolos, braços, pernas, intestinos patentes aos olhos de todos.

O efeito do espectáculo, e será o terceiro momento, traduzir-se-á no final, quando o narrador proceder, num período complexo, mas de evidente recorte latino, à sugestão apologética da vitória: “Tantus fuit omnium terror ac timor, vt [...] trucidati sunt” (E v). Só que a forma passiva não tem como agente os Lusitanos, mas os

nativos: “ab incolis, vt nobis gratificarentur, et vt turpia facinora, vindicarent, trucidati sunt”.

Duas lições pretenderia o narrador transmitir ao leitor culto europeu, aquele a quem o monarca português buscava influenciar por seu intermédio: por um lado, a arte militar no Oriente implicava um saber apropriado às circunstâncias caracterizadas por uma enorme desproporção de forças entre os contendentes, mas que não podia dispensar a violência inerente a ela; por outro lado, a crueldade dos Turcos jogava, uma vez vencidos, a favor dos portugueses, já que os próprios nativos aproveitavam a situação para se vingarem do que haviam sofrido, ao mesmo tempo que buscavam a protecção dos cristãos. A mensagem era clara<sup>81</sup>.

Talvez, e em obediência ao género do *commentarius*, também por isso - ou seja, com o intuito de deixar mais nítidos os sucessos em si mesmos - Damião de Góis se tenha absterido de elaborar sequências de tom mais oratório, evitando, portanto, derivas para terrenos que dificilmente podemos imaginar que estariam presentes nas informações que recebera do reino e a partir das quais constrói a “epistola” em latim dedicada a Pietro Bembo. O único ponto onde o estilo roça o tom épico surge numa situação canónica do relato exortativo, mediante o emprego de um símile que nada tem de inovador. Trata-se do momento em que D. António da Silveira acaba de arengar aos portugueses, antecedendo a fase final dos combates: “His dictis, veluti leo ore cruore pleno, vibrato ense, in medium cateruae se protrudit, huc, illucque iter aperiens, suosque veluti oues ex faucibus luporum eripiens, hostes, tanquam pilam, eo, vnde venerant, breui temporis spacio retundit” (Dii v). Não é provável que o texto português contivesse uma imagem tão fortemente marcada...; mas ela não deixava de convocar evocações de valentias cavaleirescas a que mesmo os textos historiográficos não escapavam<sup>82</sup>.

8. Poderia, por consequência, concluir-se que a narrativa destes *Commentarii* se caracteriza por uma busca da objectividade evidente que deveria actuar sobre o leitor graças precisamente à força de que os factos em si mesmos eram portadores.

---

<sup>81</sup> Anotar-se-á, porém, que Góis, certamente em virtude do cuidado que tem em manter-se nos limites do que entenderia serem uns *commentarii*, não multiplica as particulas ou fórmulas provocadoras de movimentos bruscos no andamento narrativo e, por conseguinte, inculcadoras de uma certa excitação do leitor; sirvam de exemplo a parcimónia no uso de *iam* (“Quod iam magis cogebatur facere”, Div v) e a ausência de exclamações por conta do narrador.

<sup>82</sup> O outro local do texto onde o leitor é convocado para uma maior dramaticidade expressiva diz respeito à morte de D. Nuno da Cunha na viagem de regresso ao reino, após mais de dez anos como vice-rei: “Nonius a Cunha postea illinc soluit, in Lusitaniam nauigaturus, in itinere vero, iniquo fato, apud Caput bonae spei diem suum obit. Piscibus, turgodique mari eius cadauer, qui vltra decennium, Imperium Orientis, nomine Regis sui gesserat, traditur” (Ciii r).

Isto não significa um relato neutro, de onde a voz do autor (não esqueçamos que se trata de uma tradução latina de Góis, sob a forma de uma “epistola” a um conhecido e influente cardeal humanista) esteja totalmente ausente; diversas vezes comentários parentéticos do tipo “(Deo gratia)” assinalam a sua presença e o seu interesse, aliás sintonizado na presença da dicotomia “nostri”/“Lusitani” vs. “hostes”/“Turci”<sup>83</sup>.

No plano intratextual, do discurso tal como ele está construído, os instrumentos de articulação anafórica, talvez dizendo melhor, endofórica, contribuem fortemente para “reproduzir” a sequência (e a intensidade) dos eventos durante o primeiro cerco de Diu; as quantificações, as anotações cronológicas, os pormenores técnicos notados mediante um léxico adequado, as caracterizações minuciosas da actuação estratégica de cada um dos lados, enlaçam-se de forma credível através de frases que comportam, na zona inicial da sua unidade, fórmulas que assinalam a continuidade dos factos e o relacionamento sequencial entre eles. E a verdade destes é tão forte em si mesma que dispensa a introdução de procedimentos mais literários, resultante, por exemplo, da prática presentificadora e teatralizante que as vozes dos intervenientes na acção podiam provocar em discurso directo<sup>84</sup>.

No entanto, não esqueçamos a circunstância concreta do texto: no opúsculo que Frobenio imprimiu em Setembro de 1539 em Lovaina o relato surge envolvido por outros textos para os quais, em perspectiva intertextual ou exofórica, o leitor era orientado. Significado especial têm, neste plano, os dois últimos textos do volumezinho. É neles que se encontra a referencialidade explicativa (ou valorizadora) do relato: a política lusitana no Oriente e mais concretamente na Índia. Por isso, se os dísticos de Pedro Nânio são sinal de um procedimento laudatório corrente, já as seis páginas em prosa dirigidas a Pedro Bembo que os antecedem, logo a seguir aos *Commentarii*, adquirem um relevo muito maior, porque oferecem um enquadramento ideológico-político ao texto assinado por Góis, constituindo uma espécie de explicação ou suma referencial das linhas de força da expansão marítima portuguesa, indiciando que os eventos datados de 1538 deviam ser interpretados como uma prova mais - objectiva, creditada, irrefutável... - da “história” da expansão portuguesa.

Jorge A. Osório \*

---

<sup>83</sup> Também corrente em César.

<sup>84</sup> Há situações de discurso directo no texto, uma dialogada na explicação introdutória dos precedentes políticos do cerco, outras nas falas monologadas do António da Silveira aos seus companheiros, típicas da situação retórica do discurso do chefe militar às suas tropas.

\* Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.